

A RESISTÊNCIA DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*

*Elizeu Serra de Araujo***

1. Introdução

O presente trabalho tem como propósito mostrar que o conceito de desenvolvimento econômico possui um conteúdo ideológico bastante definido. Na condição de ideologia, encontra-se largamente disseminado no pensamento econômico dominante, ultrapassando divergências teórico-metodológicas no interior deste último. Nossa hipótese básica é que isso se deve ao importante papel que tal ideologia cumpre na reprodução da ordem fundada no capital. Essa afirmação pode parecer paradoxal diante do ascenso das teses liberais nos anos 80 e do conseqüente questionamento da eficácia das políticas de desenvolvimento. Pretendemos mostrar que o paradoxo é apenas aparente e que a necessidade de uma ideologia desse tipo parece ser tanto maior quanto mais se agravam os níveis de exclusão nas economias capitalistas.

A discussão do tema está organizada da seguinte forma. A próxima seção apresenta a posição das principais tradições do pensamento econômico em torno do problema do desenvolvimento. Na seção 2 é feita uma exposição sumária da teoria do desenvolvimento. A seção 3 procura mostrar que, não obstante diferenças importantes em seu interior, existem elementos comuns que nos permitem captar o elemento propriamente ideológico dessa teoria. A seção 4 aponta algumas das principais críticas à teoria do desenvolvimento. A seção final resume o argumento de fundo do trabalho.

* Este artigo é uma versão modificada de trabalho apresentado no V Encontro Nacional de Economia Política (SEP-Fortaleza, junho/2000). Agradeço os comentários de Niemeyer Almeida Filho e Arlete M. S. Alves.

** Professor do Departamento de Economia, Universidade Federal do Maranhão.

2. A Economia Política e o Problema do Desenvolvimento

Em trabalho publicado no início dos anos oitenta, Hirschman (1981) propõe uma tipologia das teorias do desenvolvimento que, apesar de suas evidentes limitações, pode ser de algum auxílio para nossos propósitos neste trabalho. Na visão do autor, teríamos quatro posições fundamentais: (a) ortodoxa (neoclássica); (b) neomarxista; (c) marxiana (correspondente às teses do próprio Marx); e (d) economia do desenvolvimento. O critério adotado por Hirschman para essa classificação é a posição das diferentes interpretações em torno de dois princípios: (1) “monoeconomismo”, segundo o qual existiria uma teoria econômica única, cujos princípios seriam universalmente válidos; (2) “reciprocidade das vantagens”, de acordo com o qual as relações econômicas entre diferentes países tenderiam a beneficiar a todos eles. Resumidamente: o pensamento neoclássico aceita os dois princípios, os neomarxistas rejeitam ambos, enquanto a posição de Marx é posta em dúvida. O que nos interessa aqui, no entanto, é a quarta posição, correspondente à *economia do desenvolvimento*. Esta se caracterizaria, de um lado, por rejeitar a tese do monoeconomismo, ao sustentar que as especificidades das economias subdesenvolvidas exigem a formulação de uma teoria específica; de outro, por aceitar o princípio de reciprocidade das vantagens.

Se a base da classificação de Hirschman é questionável (e de fato o é)¹, o espectro resultante expressa adequadamente (à margem o caso de Marx) as posições existentes no seio da economia política em torno do problema do desenvolvimento econômico. Com efeito, se considerarmos a tradição marxista como um todo (em lugar do “neomarxismo”), essas posições poderiam ser reduzidas a três: neoclássicos, marxistas e a economia do desenvolvimento.

Acerca das duas primeiras, é oportuno observar: (1) A economia neoclássica, por princípio, se recusa a admitir que as economias ditas subdesenvolvidas constituem um objeto teórico específico, ou seja, distinto das economias ditas desenvolvidas; daí essa vertente negar a necessidade de algo como uma

¹ Em Fiori (1999) podem ser encontrados alguns elementos que indicam a falta de concordância existente no interior da economia do desenvolvimento, que, indiretamente, tornam questionáveis os critérios adotados por Hirschman.

“teoria do desenvolvimento”.² No entanto, conforme ficará claro, as divergências entre a ortodoxia neoclássica e a economia do desenvolvimento são menores do que parecem à primeira vista; (2) A tradição marxista em geral reconhece a especificidade do desenvolvimento capitalista nos países ditos subdesenvolvidos ou periféricos, mas, devido a divergências relativas ao objeto e ao método, seguiu por uma trilha distinta daquilo que veio a ser a economia do desenvolvimento. Definidos os posicionamentos das duas principais tradições do pensamento econômico, a discussão que se segue tem como objeto especificamente a economia do desenvolvimento.

3. A Teoria do Desenvolvimento³

Sem pretendermos reconstituir a gênese e a evolução histórica da economia do desenvolvimento, convém deixar claro que, em seu interior, abrigaram-se distintas visões do objeto de estudo. Essas diferenças são tanto de ordem teórica quanto metodológica (sem contar os aspectos relacionados à estratégia de desenvolvimento). Desejamos destacar as duas visões que, a nosso ver, são as mais influentes.⁴ A idéia é resgatar elementos que nos permitam extrair a concepção de desenvolvimento/subdesenvolvimento que orienta tais linhas de investigação.

² Dizemos “por princípio” para realçar a ênfase desta corrente na alocação de recursos como problema teórico fundamental, independentemente das condições históricas das economias consideradas. Como o mercado é o ente capaz de assegurar tal alocação do modo mais eficiente, a tarefa que se impõe é a de fazer com que ele funcione de forma plena. No plano da economia mundial – nesta visão, um agregado de nações interligadas pelo mercado –, vale o mesmo princípio. O problema da economia do desenvolvimento não existe, a rigor, para a ortodoxia neoclássica.

³ A fim de evitar mal-entendidos, sempre que nos referirmos à teoria do desenvolvimento, subentende-se que tratamos da teoria formulada pelos autores ligados à tradição da *development economics* – dando, porém, a esta última um sentido mais amplo que o atribuído por Hirschman.

⁴ Certamente nenhuma classificação no interior da economia do desenvolvimento desfrutará do consenso geral. Alguns dos autores usualmente associados a essa disciplina dificilmente seriam enquadrados numa das duas vertentes indicadas. Este é o caso de Hirschman e de Myrdal.

3.1. A teoria da modernização

Trata-se de uma interpretação desenvolvida basicamente nos países ocidentais, constituindo-se numa tentativa de ultrapassar o âmbito estritamente econômico ao qual se haviam circunscrito teorias anteriores (Blomström e Hettne, 1984). Por um lado, o enfoque da modernização é tributário da perspectiva *evolucionista*, segundo a qual a mudança social é unidirecional (a sociedade se move de um estado primitivo para um estado avançado), progressista (o ponto de chegada é necessariamente positivo) e gradual (o processo é evolucionário, não revolucionário) (So, 1990).

Por outro lado, o enfoque da modernização incorpora uma perspectiva *funcionalista*, privilegiando a visão da sociedade como um sistema de instituições interdependentes cujas mudanças são de molde a assegurar a existência de equilíbrio homeostático. Em tal perspectiva, a distinção entre sociedades tradicionais e modernas pode ser visualizada através do tipo de *variáveis-padrão* que nelas prevalece. Assim, por exemplo, as relações sociais nas sociedades tradicionais evidenciariam traços como particularismo, orientação coletiva e o caráter difuso dos papéis, enquanto nas sociedades modernas prevaleceriam o universalismo, a auto-orientação e a especificidade dos papéis (So, 1990).

A partir dos pressupostos acima indicados, os teóricos da modernização constroem uma visão de desenvolvimento que pode ser resumida aos seguintes aspectos: (i) o subdesenvolvimento é sinônimo de *atraso*, noção que necessariamente exige um padrão de referência – de fato, as sociedades capitalistas avançadas;⁵ (ii) as causas do atraso são principalmente *internas*;⁶ (iii) o processo de desenvolvimento é entendido em termos de *modernização*, ou seja, como a transição da sociedade tradicional à sociedade moderna; (iv) a modernização exige e implica a *racionalização* das estruturas econômicas, sócio-políticas e

⁵ “Por mais que estas construções teóricas pretendam ser construções neutras em termos de valores, era impossível ocultar a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmava nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio-política a conquistar. Também era mais ou menos evidente a aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável” (Santos, 1998:97).

⁶ “...os constrangimentos predominantes ao crescimento econômico eram largamente vistos como internos em vez de externos. Em parte, eles residiam nas instituições e atitudes locais...” (Hunt, 1989:51).

culturais, nos moldes das sociedades ocidentais.⁷ A tarefa da teoria do desenvolvimento consistiria, assim, em identificar os obstáculos à modernização das sociedades do Terceiro Mundo.⁸

A partir dessa base comum, os teóricos da modernização produziram diferentes interpretações do desenvolvimento. Uma das vertentes da teoria é a que A. G. Frank denominou de “enfoque de índice típico-ideal”. “A idéia deste método é comparar um país subdesenvolvido com um desenvolvido, por meio de vários indicadores; as diferenças assim reveladas se estabelecem, então, como a substância do desenvolvimento” (Blomström e Hettne, 1984:74).

Não resta dúvida, porém, de que a expressão mais acabada da perspectiva da modernização foi o trabalho de W. W. Rostow (1959), *The stages of economic growth*, no qual o processo de crescimento econômico é descrito como uma sucessão de etapas.⁹ Ou seja, entre a sociedade tradicional e a moderna existiria um conjunto de etapas pelas quais todas as sociedades passariam necessariamente. Se bem que nem todos os formuladores desta versão da teoria do desenvolvimento subscrevessem explicitamente a tese rostowiana, a idéia básica está presente na maioria deles. Há um padrão “normal” de desenvolvimento capitalista. O subdesenvolvimento não existe enquanto realidade distinta, correspondendo a uma etapa prévia ao desenvolvimento. Não constitui, portanto, um objeto teórico definido.

3.2. A teoria latino-americana do subdesenvolvimento

Esta vertente da economia do desenvolvimento tem uma postura crítica às teorias mencionadas anteriormente, em geral produzidas no Primeiro Mundo, e ao seu viés etnocêntrico. A teoria latino-americana do subdesenvolvimento

⁷ “Na prática, a modernização equivalia mais ou menos a ocidentalização, isto é, o país subdesenvolvido devia imitar aquelas instituições que fossem características das nações do Ocidente” (Blomström e Hettne, 1984:36). Tratava-se de uma “insistência na racionalização ou modernização no sentido dos valores, atitudes, instituições e organizações das sociedades desenvolvidas” (Sunke e Paz, 1970:33).

⁸ “A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados, no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal” (Santos, 1998:97).

⁹ Assim designadas pelo autor: sociedade tradicional, condições prévias para a decolagem, decolagem, marcha para a maturidade e consumo em massa (Rostow, 1959).

representa uma tentativa de colocar no centro da análise as *especificidades* das economias da região, de modo a constituir uma nova problemática, a do subdesenvolvimento.

Conforme é amplamente reconhecido, a emergência da teoria do subdesenvolvimento está associada ao surgimento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), em fins da década de quarenta. Com ela, se difunde também um novo método de investigação dos problemas do desenvolvimento, o *estruturalismo*.

Partindo da afirmação da aludida existência de especificidades e lançando mão do método estruturalista, a CEPAL construirá uma teoria do subdesenvolvimento que terá ampla repercussão e cujos traços essenciais são os seguintes: (1) o processo de difusão do progresso técnico a partir da Revolução Industrial foi um processo *desigual*, na medida em que as diferentes economias nacionais não foram atingidas no mesmo grau; (2) nessa desigualdade está a origem do *sistema centro-periferia*, uma construção intelectual destinada a enfatizar a hierarquia existente no seio da economia mundial, sendo o critério de enquadramento das diferentes economias nacionais a posição que ocupam no tocante à geração e absorção de progresso técnico; (3) existe, portanto, uma desigualdade originária, cuja expressão são as *diferentes estruturas econômicas*: as economias centrais se caracterizam por ser homogêneas e diversificadas, ao passo que as periféricas são heterogêneas e especializadas; (4) tal diferenciação estrutural se deu *pari passu* com o estabelecimento de uma *divisão internacional do trabalho*, na qual as economias periféricas produziram e exportaram produtos primários e as economias centrais, bens industriais; (5) a referida desigualdade originária tende a se reproduzir e mesmo a *ampliar-se*, em função, por um lado, da desigual evolução da produtividade do trabalho nos dois pólos e, por outro, da tendência à deterioração dos termos de intercâmbio dos países exportadores de produtos primários.

A partir dessa explicação do subdesenvolvimento, a CEPAL procurará interpretar o processo de substituição de importações que já estava em curso em diversos países da região e constituir a industrialização no eixo de uma política de desenvolvimento conduzida pelo Estado. Mas o que nos interessa aqui é extrair a concepção de subdesenvolvimento proveniente do estruturalismo cepalino e compará-la com a visão de atraso da teoria da modernização.

A CEPAL inova ao inserir o problema do subdesenvolvimento no âmbito do sistema mundial (o sistema centro-periferia) (cf. Rodríguez, 1980:37; Marini, 1992:77). É sobre essa base que procurará associar o fenômeno do subdesenvol-

vimento a uma certa *condição periférica* – o que, para os cepalinos, significa, essencialmente, limitado acesso ao progresso técnico. É essa limitação que, em última instância, estaria na raiz dos problemas típicos das economias latino-americanas: desemprego, desequilíbrio externo, estrangulamentos setoriais etc. Portanto, ao contrário do que pretendia a teoria da modernização, o subdesenvolvimento não corresponde a um mero estado de atraso (cf. Rodríguez, 1980: 253), sendo, antes, um problema de estruturas produtivas que não apenas têm uma defasagem de partida, mas que tende a perdurar. Logo, nenhuma estratégia de superação do subdesenvolvimento poderia passar ao largo da transformação dessas estruturas.

Essa matriz teórica revelou-se bastante frutífera, haja vista a multiplicidade de trabalhos que gerou. Novos desenvolvimentos na teoria do subdesenvolvimento, explorando e refinando a hipótese original, surgiram nas décadas seguintes à publicação dos primeiros trabalhos cepalinos. Um bom exemplo disso é a obra de Furtado. Considerem-se as seguintes passagens, extraídas de um de seus trabalhos recentes:

...foi como rejeição de uma visão simplificada do processo de difusão geográfica da civilização industrial que emergiu a teoria do subdesenvolvimento, cujo campo central de estudo são as malformações sociais engendradas durante esse processo de difusão (...) A teoria do subdesenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. (Furtado, 1998:47-8)

A conformação social dos países que qualificamos de subdesenvolvidos resultaria da forma particular que neles assumiu a difusão do progresso tecnológico que moldou a civilização contemporânea. (Ibid: 58)

Não há diferenças substantivas em relação à formulação inicial da CEPAL.¹⁰ O exame do problema do subdesenvolvimento continua sendo relacionado à maneira como se conformou o sistema centro-periferia e ao papel

¹⁰ Adiante, porém, fazemos referência a algumas importantes dimensões em que Furtado se afasta da tradição cepalina (ver a seção seguinte).

do progresso técnico nesse processo. O capitalismo – ou, como prefere Furtado, a *civilização industrial* – tem seu desenvolvimento reduzido ao aspecto técnico-material.¹¹

4. Elementos Centrais da Teoria do Desenvolvimento

Antes da crítica à teoria do desenvolvimento, desejamos mostrar que, apesar da existência de diferenças não negligenciáveis, os dois enfoques apresentados têm semelhanças em aspectos fundamentais, que nos permitem falar da existência de um *paradigma do desenvolvimento*.

Em primeiro lugar, *toda a economia do desenvolvimento considera o desenvolvimento capitalista no centro como referência em suas análises*. Conforme esclarece Theotonio dos Santos: “A palavra desenvolvimento sugere uma transformação de uma realidade numa direção dada (...) Queira-se ou não, o conceito de desenvolvimento implica uma certa filosofia da história, uma certa idéia de onde se pretende chegar” (Santos, 1991:59). E então define qual é esse ponto de chegada: “De fato, o conceito de desenvolvimento parte da idéia de que o mundo moderno (europeu, capitalista, racionalista, científico, tecnológico etc.) é uma meta universal a ser alcançada por todos os povos” (Ibid.).

Essa idéia de que as economias capitalistas avançadas constituem a “norma” encontra mais de uma expressão na economia do desenvolvimento. Na visão etapista, por exemplo, ela aparece na noção de *defasagem*. E no caso da CEPAL? Como foi visto, esta última procede a uma caracterização das estruturas das economias periféricas, que são contrapostas às das economias centrais – evidentemente, tomadas como modelo, como o alvo a ser atingido. Do mesmo modo, o exame dos problemas que marcaram a industrialização “espontânea” da América Latina é efetuado tendo como contraponto determinados padrões de transformação estrutural.¹² Por trás de tudo isso está a compreensão de que o processo de desenvolvimento ocorrido nas economias centrais é passível de ser reproduzido no pólo periférico.

¹¹ É possível, sem grande esforço, demonstrar que o último problema é comum a toda a tradição estruturalista. O aspecto privilegiado do desenvolvimento capitalista é sempre o aspecto técnico-material, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas, e não as relações sociais de produção (isto não seria um bom indício de que estes autores as consideram como um *dado*?).

¹² O tema é tratado com detalhe em Rodríguez (1980). Cf. especialmente o cap. 9.

Um enfoque um tanto distinto é oferecido pela concepção de Furtado do subdesenvolvimento como um caso de “malformação” (cf. a passagem citada acima). Crítico da visão etapista,¹³ o autor considera que há mais do que um problema de defasamento. Com efeito, a orientação dada ao processo de desenvolvimento resultara no agravamento da desigualdade no interior das economias periféricas. Daí criticar o ufanismo dos autores que imaginavam ser possível transpor para o conjunto do sistema capitalista o modelo vigente nos países centrais, dado que os padrões de consumo aí prevaletentes não seriam generalizáveis.¹⁴ Como Furtado constrói seu raciocínio dentro dos estreitos limites do capitalismo, restar-lhe-á, como última linha de defesa, a proposição de um modelo de desenvolvimento que contemple algum tipo de *homogeneização social*, conforme sustentará em trabalhos posteriores (Cf., por exemplo, Furtado, 1992). Assim, mesmo que por vias tortuosas, também aqui está presente uma certa concepção de desenvolvimento que toma os países centrais como referência.

O segundo elemento comum às análises situadas no campo da economia do desenvolvimento diz respeito ao procedimento típico dessas análises, que consiste numa abordagem em três etapas: (1) definição de uma concepção de desenvolvimento (onde queremos chegar); (2) formulação de um diagnóstico do subdesenvolvimento (por que ainda não chegamos); (3) definição da estratégia de superação do subdesenvolvimento (como podemos chegar). Explicitemos a relação entre as duas primeiras etapas.

É devido à necessidade de contraposição a um padrão de referência que as apresentações da teoria do subdesenvolvimento são usualmente precedidas de uma definição do que é o *desenvolvimento econômico*. Constrói-se um conceito de desenvolvimento (uma espécie de “tipo-ideal”), com o qual é contrastada a realidade dos países ditos subdesenvolvidos. Ou, recorrendo-se à análise histórica, efetua-se uma reprodução idealizada do processo de desenvolvimento capitalista nos países avançados. A etapa seguinte corresponde à teoria do

¹³ “O subdesenvolvimento (...) é um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (Furtado, 1967:189).

¹⁴ “...o *desenvolvimento econômico* – a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista” (Furtado, 1974:75 – grifos no original).

subdesenvolvimento propriamente dita. A pergunta a ser respondida aqui é: por que aquele processo não se repetiu nos mesmos moldes nos países subdesenvolvidos. (Daqui deriva a idéia de *obstáculos* ao desenvolvimento.) A necessidade de contrastar o processo histórico dos países subdesenvolvidos com um padrão ideal explica, assim, o ponto de vista de que as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento têm objetos distintos.¹⁵

Para concluir esta seção, é oportuno explicitar a concepção de desenvolvimento que orienta os trabalhos formulados na tradição da *development economics*. Isso nos permitirá compreender mais claramente a dimensão ideológica dessa corrente.

Por bastante tempo, a concepção largamente dominante de desenvolvimento era a que o associava a crescimento. Evidentemente, os que assim pensavam tinham em mente o comportamento da taxa de crescimento do produto no longo prazo, constituindo a renda *per capita* o indicador principal de desenvolvimento. Com base nesse indicador, construíam-se *rankings* de países, que eram classificados como “desenvolvidos” ou “subdesenvolvidos” segundo sua localização dentro de intervalos que variavam ao arbítrio do investigador.

A posição acima era partilhada inclusive pela CEPAL. Isso é reconhecido por uma das melhores interpretações do pensamento da instituição, aquela feita por Octavio Rodríguez. Afirma este último:

De acordo com as idéias gerais da CEPAL, contidas em seus primeiros documentos, o desenvolvimento econômico se expressa no aumento do bem-estar material, normalmente refletido pela elevação da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho. Considera-se que esse crescimento depende da adoção de métodos de produção indiretos cujo uso implica o aumento da dotação de capital por homem ocupado. A maior densidade de capital, por sua vez, vai sendo obtida à medida que se leva a efeito a acumulação, que é impulsionada pelo progresso técnico, necessário para garantir sua continuidade. (Rodríguez, 1980:36)

¹⁵ Assim, Furtado escreve: “As teorias do desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social (...) A teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de situações em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população” (Furtado, 1992:39-40).

Essa passagem reúne os elementos essenciais da concepção cepalina. O desenvolvimento econômico (medido pela renda *per capita*) depende da acumulação de capital, aliada ao progresso técnico. Este último implica um aumento da “densidade de capital” e resulta no aumento da produtividade do trabalho. Neste ponto, intervém um outro elemento-chave da concepção cepalina: o crescimento da produtividade condiciona o surgimento de uma taxa de poupança adequada, que, por sua vez, é pressuposto do aumento do investimento agregado.

Certamente o fator mais importante dentre os enumerados acima é o *progresso técnico*.¹⁶ A CEPAL concebe o processo de desenvolvimento econômico como o processo de difusão mundial do progresso técnico a partir da Revolução Industrial. Como foi visto, é precisamente o caráter desigual dessa difusão que está na origem do sistema centro-periferia. De forma correspondente, a política de desenvolvimento preceituada ao longo do tempo pela instituição sempre esteve voltada para atacar problemas relacionados ao progresso técnico e, dessa forma, melhorar os níveis de produtividade e de renda na periferia. Parece, portanto, ter razão Rodríguez quando afirma: “...consideradas no nível mais alto de abstração, as idéias [da CEPAL] sobre o desenvolvimento econômico coincidem com as que, em linhas gerais, estão presentes nas teorias do crescimento de origem neoclássica e keynesiana...” (1980:36-7, grifo nosso).

Se é certo que a CEPAL tem uma visão crítica da ortodoxia, sobretudo no tocante à teoria pura do comércio internacional e ao correspondente esquema de divisão internacional do trabalho, sua concepção de desenvolvimento – fundada no aumento da produtividade mediante o progresso técnico – não se diferencia substancialmente do enfoque convencional.¹⁷ Posteriormente, o reconhecimento de que, historicamente, o crescimento econômico *per se* não conduzia a mudanças sociais relevantes, podendo mesmo agravar as disparidades no interior dos países periféricos, levou os cepalinos a tentar alargar a sua concep-

¹⁶ Sobre a relação entre o conceito de desenvolvimento e a idéia de progresso, cf. a introdução de Adolfo Gurrieri à coletânea de textos de Prebisch (Gurrieri, 1982, parte I.1a). Sobre a crença no progresso e na racionalidade da história, cf. Cardoso (1979).

¹⁷ Uma variante dessa concepção é representada por Furtado, que considera, além da produtividade, as modificações no perfil da demanda. A idéia é que o aumento do fluxo de renda, resultante do aumento da produtividade, induz modificações na forma de distribuição e utilização da renda e, daí, modificações no perfil da demanda (que expressa o “sistema de valores” da comunidade); por sua vez, as modificações na composição da demanda produzem *modificações estruturais*, isto é, alterações nas relações e proporções internas do sistema produtivo. (Cf. Furtado, 1967.)

ção de desenvolvimento econômico – nos anos 70, com a discussão dos “estilos de desenvolvimento”, na qual sobressai o exame da relação entre distribuição e crescimento; nos anos 90, com a idéia de “transformação produtiva com equidade” (cf. Bielschowsky, 1998).

A tentativa de ampliar o escopo da noção de desenvolvimento passa a ser preocupação da ampla maioria dos estudiosos do tema nos anos sessenta e setenta,¹⁸ condensada na distinção entre desenvolvimento e crescimento e na idéia de que o primeiro envolve, necessariamente, alterações nos indicadores de distribuição.¹⁹ A implicação desse tipo de posição era que o “verdadeiro” desenvolvimento exigia reformas que incidissem direta ou indiretamente (dependendo da corrente de pensamento) sobre a distribuição da renda.

5. Crítica à Teoria do Desenvolvimento

Não é possível, obviamente, mapear, no curto espaço deste trabalho, as críticas à teoria do desenvolvimento. Por isso, a síntese que se segue direciona-se para três aspectos que, a nosso ver, expressam mais de perto a dimensão ideológica dessa teoria.²⁰

1. *O subdesenvolvimento não constitui uma etapa prévia ao desenvolvimento ou uma anomalia.* A crítica fundamental à teoria do desenvolvimento relaciona-se com o fato de que a mesma toma o desenvolvimento capitalista nos países centrais como paradigmático. Neste contexto, a visão do subdesenvolvimento como uma *etapa prévia ao desenvolvimento* é mais aceita do que parece à primeira vista. Conforme explica Marini:

¹⁸ Para uma síntese dessa nova fase na evolução da teoria, cf. Cardoso (1979).

¹⁹ Nos autores que incorporam preocupações com o fenômeno da dependência (caso de Furtado e de Sunkel e Paz), desenvolvimento implica também a conquista de maiores graus de autonomia.

²⁰ Dada a orientação do trabalho, não trataremos das críticas à economia do desenvolvimento formuladas por autores neoclássicos.

...o elemento central da teoria do desenvolvimento é a idéia do desenvolvimento como um continuum e do subdesenvolvimento como uma etapa prévia ao desenvolvimento pleno, que seria assim acessível a todos os países que se esforçassem por reunir as condições adequadas para isso. (1992:72)²¹

Para o autor, a mesma visão é compartilhada pela CEPAL. Sem deixar de reconhecer o aspecto inovador da interpretação cepalina, afirma:

As limitações do pensamento cepalino (...) eram um tributo à ligação umbilical que ela não deixou nunca de manter com a teoria do desenvolvimento. Fiel à idéia do desenvolvimento econômico como um continuum, a CEPAL não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a complementaridade (...) mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico de acumulação de capital. (ibid:77-8)²²

Crítica semelhante pode ser feita à visão furtadiana das economias subdesenvolvidas como “malformações”, que pressupõe a existência de formações sociais “normais” – aquelas que compõem o centro. A noção de malformação difere da visão etapista na medida em que enfatiza o caráter propriamente estrutural dos problemas do subdesenvolvimento, os quais poderiam, supostamente, ser superados mediante políticas apropriadas. Ora, o desenvolvimento desigual e combinado tem-se evidenciado como uma das características distintivas do capitalismo. A existência de economias subdesenvolvidas não significa um “desvio”, uma anomalia, como se o normal fosse o processo ocorrido nas

²¹ Uma implicação dessa concepção é o uso de critérios quantitativos: “Na medida em que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram, no fundo, a mesma coisa, ou seja, momentos de constituição da mesma realidade, só poderiam ser diferenciados mediante a aplicação de critérios quantitativos, os únicos adequados para situar uma economia neste ou naquele ponto da escala evolutiva. Assim, o subdesenvolvimento se definiria através de uma série de indicadores...” (Marini, 1992:72). É claro que esse recurso a indicadores só responde a uma preocupação descritiva. É claro também que, sobre esse terreno pantanoso, não se chega a lugar algum, e a distinção entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas se torna inteiramente arbitrária.

²² Talvez devamos reconhecer que a crítica de Marini não é inteiramente justa, quando, no final do trecho citado, afirma que a teoria cepalina só leva em conta diferenças quantitativas entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. À luz do que foi colocado em itens anteriores deste trabalho, conclui-se que não é bem essa a interpretação da CEPAL.

economias centrais (por exemplo, uma dinâmica de crescimento que eventualmente permite absorção de força de trabalho em níveis razoáveis e crescimento do salário real). Os fenômenos observados nas economias subdesenvolvidas são *igualmente* resultado do desenvolvimento capitalista. Posto isso, podemos dispensar qualquer referência a um capitalismo “normal”.

Um dos avanços representados pelo pensamento crítico latino-americano foi precisamente a compreensão de que o subdesenvolvimento não é, em definitivo, uma etapa ou uma anomalia, mas um produto necessário do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo em nível global.²³

2. *As relações entre as diferentes partes constitutivas das economias subdesenvolvidas são tratadas em termos de dualismo.* O dualismo tem diferentes expressões, conforme os pólos que sejam colocados em antagonismo: atrasado/moderno, pré-capitalista/capitalista, feudal/capitalista etc. O processo de desenvolvimento consistiria na eliminação do primeiro (atrasado, pré-capitalista, feudal), que é visto como obstáculo ao desenvolvimento capitalista.

Conforme a investigação posterior viria demonstrar, uma das especificidades do desenvolvimento capitalista na periferia é precisamente a reprodução de relações não-típicamente capitalistas. Ao tomar o “atrasado”, o “pré-capitalista” como simples *obstáculos*, mais do que um equívoco teórico (resultante do fato de desconsiderar que as contradições são inerentes ao movimento do capital),²⁴ a economia do desenvolvimento deixa transparecer sua visão do desenvolvimento como disseminação das *relações capitalistas* para a totalidade das economias consideradas.²⁵

3. *A “escassez de capital” aparece como um dos principais problemas dos países subdesenvolvidos.* Se bem que este ponto não seja comum a todos os autores, a concepção do desenvolvimento econômico como um processo de acumulação de capital levou grande parte deles a definir como condição neces-

²³ Este ponto é comum às diferentes correntes no interior da escola da dependência. Cf. Cardoso e Faletto (1970); Frank (1969); Marini (1992); Santos (1991); Sunkel e Paz (1970).

²⁴ Além de perderem de vista esse aspecto, as teses dualistas não percebem o real enquanto *totalidade*.

²⁵ A crítica ao dualismo cepalino foi feita por Oliveira (1972), e à tese dualista em geral, por Frank (cf., por exemplo, Frank, 1969), entre outros.

sária (se bem que não suficiente) para que haja desenvolvimento a disponibilidade de capital. Em muitos autores isso se traduz na idéia de “insuficiência de poupança” como um dos problemas cruciais a serem equacionados nos países em questão. A elevação da taxa de poupança permitiria o aumento do investimento e, portanto, da taxa de crescimento.²⁶

O problema com essa concepção diz respeito ao conceito de capital que utiliza. De relação social que é, o capital passa a ser visto como uma coisa. Mais uma vez fica evidente que a teoria do desenvolvimento *postula* a reprodução das relações capitalistas nas economias periféricas.

Para concluir esta seção, é interessante mencionar brevemente a forma como o pensamento crítico latino-americano tratou a questão do desenvolvimento. Certamente o principal avanço teórico consistiu na compreensão de que era necessário reinterpretar o processo histórico latino-americano como *um processo de desenvolvimento capitalista*.²⁷ Era preciso, portanto, ir além do desenvolvimento econômico *in abstracto* e investigar o desenvolvimento (por definição, contraditório) das relações de produção típicas de economias capitalistas, observando sua manifestação concreta nas formações sociais periféricas. Procurou-se, desse modo, mudar os termos do debate. Com esse novo quadro de referência, a distinção entre *economias capitalistas desenvolvidas* e *economias capitalistas subdesenvolvidas* é eventualmente mantida (como forma de expressar o caráter desigual do desenvolvimento capitalista em escala mundial), mas reconhecendo-se que tal classificação atende a um propósito meramente descritivo. O fundamental é a aludida requalificação do conceito de desenvolvimento, segundo a qual o pólo desenvolvido não pode ser entendido como a “norma” e o subdesenvolvido como um “desvio”, porquanto ambos formam uma *totalidade*, sendo expressões distintas de um mesmo processo, o desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial.

²⁶ Deve-se reconhecer que, mesmo no interior da CEPAL, não havia convergência acerca desse ponto, haja vista o fato de que alguns autores destacavam os problemas de financiamento do investimento, em vez da “insuficiência de poupança”, como a questão crucial a ser resolvida nas economias subdesenvolvidas. (Cf. Bielschowsky, 1998.)

²⁷ Essa será a orientação teórica adotada pelos principais autores ligados à teoria da dependência. A forma como trabalharam tal perspectiva é uma outra discussão.

6. À Guisa de Conclusão

A ideologia do desenvolvimento econômico tem demonstrado uma enorme capacidade de sobrevivência. Sobrevive aos percalços de sua principal expressão concreta, o desenvolvimentismo. Sobrevive também ao declínio de uma disciplina acadêmica (sem que entremos aqui na discussão das razões que levaram à decadência da economia do desenvolvimento). Ultrapassa, inclusive, diferenças entre defensores de vias alternativas de desenvolvimento capitalista. Vejamos o significado desta última afirmação.

A economia do desenvolvimento e a tradição neoclássica divergem em dois aspectos importantes. Primeiro, quanto à *natureza* do desenvolvimento. Para a primeira corrente, o desenvolvimento, no caso dos países que chegaram tardiamente a esse processo (para usar a linguagem da economia do desenvolvimento), não é um processo espontâneo, mas deliberado, algo que deve ser induzido. Enquanto isso, os autores neoclássicos geralmente possuem uma visão liberal do processo. O segundo aspecto diz respeito à *estratégia*. Para a economia do desenvolvimento, a superação do hiato que separa os países “sub-desenvolvidos” dos “desenvolvidos” não pode ser obtida pela simples operação das chamadas forças de mercado: requer uma ação coordenadora do Estado. Em geral, tal ação é parte de um projeto nacional de desenvolvimento. Face a tudo isso, a teoria do desenvolvimento tem uma clara dimensão de militância. Não está interessada apenas na busca de uma explicação, mas na implementação de um projeto (o que envolve a construção de consensos). A tradição liberal, por seu turno, tem criticado com veemência aquilo que considera os dois pilares do desenvolvimentismo: a intervenção estatal e o protecionismo.

Tais divergências não podem ser subestimadas. No entanto, há algo comum a essas correntes. O desenvolvimento econômico – como quer que seja definido ou mensurado – continua sendo considerado uma meta não somente viável como desejável. Toda a discussão sobre “vias de desenvolvimento” se circunscreve aos marcos do capitalismo, sem que se explicitem as reais condições de sua efetivação dentro desses limites.

A economia do desenvolvimento incorre no mesmo equívoco que tem caracterizado toda a economia política desde a emergência do capitalismo, e que consiste em tomar as relações capitalistas como um dado, e não como historicamente determinadas. Propõe-se a investigar as condições do “desenvolvimento econômico” nas economias periféricas tomando aquelas relações como um pressuposto, *quando o problema são justamente essas relações* – sua gênese

e seu desenvolvimento, enfim o movimento real do capital nessas economias, suas possibilidades e limites. Em suma, o erro dos economistas do desenvolvimento consiste em tomar como um dado aquilo que precisa ser investigado.

Em nisso a teoria do desenvolvimento se transmuta em ideologia. O processo real de produção e reprodução das relações capitalistas nas formações sociais periféricas – que pressupõe a constituição da economia mundial capitalista, no curso da qual se configura a polarização entre economias “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas” – é substituído pela *idéia* de desenvolvimento econômico, uma representação supostamente neutra, objetiva, do caminho a ser seguido pela periferia capitalista. Enquanto ideologia, a teoria do desenvolvimento cumpre um papel fundamental na reprodução da dominação de classe, porquanto aparece desvinculada do seu conteúdo de classe determinado e, portanto, *como expressão do interesse do conjunto da sociedade* dos países periféricos. Aos ideólogos do desenvolvimento não convém perguntar a quem interessa o “desenvolvimento econômico”.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento econômico – independentemente do conteúdo que se lhe atribua – revela-se um conceito a-histórico, e sua utilização nas ciências sociais apenas obscurece o caráter desigual do desenvolvimento capitalista, seja no plano interno dos países, seja no plano internacional. Por isso, a retomada do debate sobre desenvolvimento numa perspectiva crítica exige uma ruptura completa com o modelo teórico representado pela economia do desenvolvimento.

Referências

- BIELSCHOWSKY, R. 1998. Evolución de las ideas de la CEPAL. *Revista de la CEPAL*, número especial, out.
- BLOMSTRÖM, M.; HETTNE, B. 1984. *La teoría del desarrollo en transición*. México: FCE, 1990.
- CARDOSO, F. H. 1979. O desenvolvimento na berlinda. In: CARDOSO, F. H. 1980. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ____; FALETTO, E. 1970. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, s/d.

- FIORI, J. L. 1999. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. org. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- FRANK, A. G. 1969. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. 3. ed., México: Era, 1980.
- FURTADO, C. 1967. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 9. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- _____. 1974. *O mito do desenvolvimento econômico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. 1992. *Brasil: a construção interrompida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1998. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra.
- GURRIERI, A. 1982. La economía política de Raúl Prebisch. In: *La obra de Prebisch en la CEPAL*. México: FCE, v. I.
- HIRSCHMAN, A. O. 1981. Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento. In: _____. (1984). *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HUNT, D. 1989. *Economic theories of development: an analysis of competing paradigms*. Londres: Harvester Wheatsheaf.
- MARINI, R. M. 1992. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente.
- OLIVEIRA, F. de. 1972. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.
- RODRÍGUEZ, O. 1980. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.
- ROSTOW, W. W. 1959. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SANTOS, T. dos. 1991. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1998. La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico. In: SEGRERA, F. L. (ed.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos*. Caracas: Unesco, v. I.
- SO, A. Y. 1990. *Social change and development: modernization, dependency, and world-system theories*. Newbury Park: Sage.
- SUNKEL, O.; PAZ, P. 1970. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. 23. ed. México: Siglo XXI, 1991.

Resumo: Neste artigo, procura-se mostrar que o conceito de desenvolvimento econômico, tal como formulado pela chamada economia do desenvolvimento, possui uma dimensão ideológica, decorrente do fato de que as análises que dele se utilizam tratam as relações capitalistas de produção como um pressuposto, quando o problema consiste precisamente em investigar o desenvolvimento contraditório dessas relações nas áreas que compõem a periferia capitalista. Considera-se que, enquanto ideologia, a teoria do desenvolvimento econômico tem demonstrado enorme capacidade de sobrevivência e que a retomada do debate sobre desenvolvimento numa perspectiva crítica requer uma superação radical dessa herança teórica.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, periferia capitalista, ideologia.

Códigos JEL: B31, O10.

Abstract: *This paper tries to show that the concept of economic development, just as formulated by the so-called development economics, has an ideological dimension, since analysis which use that concept consider the capitalist relations of production like a premise, while the problem lies precisely in researching the contradictory development of those relations in the areas which form the capitalist periphery. We consider that, as an ideology, the theory of economic development has demonstrated a large capacity of survival, and the revival of the debate on development from a critical perspective requires overcoming radically that theoretical heritage.*

Keywords: *economic development, capitalist periphery, ideology.*

JEL Codes: B31, O10.